Acordo Coletivo de Trabalho 2009/2010, de âmbito nacional, que celebram, de um lado, como empregadora, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA e, de outro, como representante dos empregados, a CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE CRÉDITO – CONTEC, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1ª - OBJETIVO DA PLR

Assegurar aos empregados da CAIXA o pagamento de Participação nos Lucros ou Resultados — PLR, como incentivo à qualidade e produtividade, na forma deste instrumento, nos termos do artigo 7º, inciso XI, da Constituição Federal, da Lei nº 10.101, de 19.12.2000 e Resolução n.º 010, de 30.05.1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais — CCE, sucedido pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST.

Parágrafo Único - A PLR não substitui ou complementa a remuneração do empregado.

CLÁUSULA 2ª - ELEGIBILIDADE

São elegíveis para recebimento da PLR/2009 os empregados da CAIXA, os contratados a termo, os dirigentes e os requisitados.

Parágrafo primeiro – Perde a elegibilidade à PLR/2009 o empregado demitido por justa causa no período de apuração – 01.01.2009 a 31.12.2009.

Parágrafo Segundo – O pagamento da PLR/2009 para os dirigentes depende de definição e de autorização do Ministério da Fazenda.

CLÁUSULA 3ª - APURAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO

O empregado fará jus ao recebimento integral do valor da PLR, no caso de efetivo exercício durante todo o período de apuração compreendido entre 01.01.2009 e 31.12.2009.

Parágrafo Único - O empregado afastado do trabalho na CAIXA, nas situações descritas abaixo, durante o período de apuração da PLR, tem sua participação regulada da seguinte forma:

a) O empregado afastado com amparo no art. 473 da Consolidação de Leis do Trabalho – CLT, na forma estabelecida pelo Regulamento de Pessoal da CAIXA e por Licença Acidente de Trabalho, Maternidade, Paternidade, Aleitamento, Adoção, Licença para Tratamento de Saúde (primeiros quinze dias), Licença para Tratamento de Saúde (a partir do 16º dia), Ausência Permitida para Tratar de Interesse Particular – APIP, Licença-Prêmio, Licença para Desempenho de Mandato Eletivo com ônus, Licença para Campanha Eleitoral, Licença para Estudos Especializados, requisição, cessão, com e sem ônus, e liberado para exercício de mandato em entidade sindical, tem participação nos lucros ou resultados, conforme o caso em que se enquadre, observando-se o disposto no Parágrafo Terceiro da Cláusula 4º .

- b) O empregado em Licença para Tratar de Interesse Particular LIP, Licença para Acompanhar Cônjuge LAC, Licença para Tratamento de Pessoa da Família LPF, Licença Especial FUNCEF LEF, suspensão disciplinar, suspensão do contrato de trabalho/Art. 494 CLT, Afastamento Preventivo, Prisão Preventiva, Prisão Transitada em Julgado, Mandato Eletivo sem ônus, Afastamento para Exercício de Cargo de Direção, Falta Não Justificada FNJ, Falta Não Homologada e Suspensão do Contrato de Trabalho por aposentadoria por invalidez tem participação nos lucros ou resultados, proporcionalmente aos dias efetivamente trabalhados na CAIXA em 2009.
- c) O empregado admitido na CAIXA em 2009 faz jus ao pagamento da participação nos lucros ou resultados, proporcionalmente aos dias trabalhados.
- d) O empregado desligado da CAIXA em 2009, por falecimento, rescisão do contrato de trabalho sem justa causa ou a pedido, faz jus ao pagamento da participação nos lucros ou resultados, proporcionalmente aos dias trabalhados no ano.

CLÁUSULA 4º – VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

A Participação nos Lucros ou Resultados da CAIXA, com periodicidade anual, referente ao ano 2009 será composta de:

- a) Parcela Regra Básica FENABAN, correspondente a 90% da remuneração-base, acrescida do valor fixo de R\$ 1.024,00, limitada ao valor de R\$ 6.680,00 ou a 13% (treze por cento) do lucro líquido de 2009, o que ocorrer primeiro.
- b) Parcela Regra Adicional FENABAN, correspondente a 2% do lucro líquido apurado no exercício de 2009, dividido pelo número total de empregados elegíveis de acordo com as regras definidas no presente Acordo, em partes iguais, até o limite individual de R\$ 2.100,00.

Parágrafo Primeiro – Se o total apurado na aplicação da Parcela Regra Básica FENABAN ficar abaixo de 5% do lucro líquido de 2009, será utilizado um fator multiplicador até atingir esse percentual ou 2,2 remunerações-base do empregado, o que ocorrer primeiro, sendo que em qualquer das situações, o valor pago estará limitado a R\$ 14.696,00.

Parágrafo Segundo – A CAIXA garantirá valor de PLR aos seus empregados, de acordo com o grupo de cargos nos quais se enquadrem, conforme tabela constante no Anexo I, caso o valor apurado pela regra do Caput e Parágrafo Primeiro resulte em valor inferior ao previsto na Tabela do Anexo I.

Parágrafo Terceiro – A Remuneração-base e o enquadramento no grupo de cargos, para efeito dos pagamentos citados no Caput e no Parágrafo Segundo da Cláusula 4ª, serão apurados conforme a situação funcional efetiva do empregado em 01.09.2009; no dia da admissão, se ocorrida após esta data ou na data do desligamento da CAIXA, quando ocorrida antes de 01.09.2009.

Parágrafo Quarto – A título de antecipação, a CAIXA promoverá o pagamento, no dia 03.11.2009, dos valores apurados conforme o caput e o parágrafo primeiro, com base no lucro projetado para o ano de 2009, no valor de R\$ 2.130.367 mil (dois bilhões, cento e trinta milhões, trezentos e sessenta e sete mil reais).

Parágrafo Quinto – O empregado, desligado até a data do crédito da antecipação ou admitido a partir de 01.09.2009, receberá o valor da PLR de 2009 devida em parcela única até 31.03.2010.

Parágrafo Sexto – Para a definição do valor final de PLR será aplicada a regra do Caput e parágrafos primeiro e segundo, considerando o lucro líquido efetivo do ano de 2009, prevalecendo para o empregado o maior valor e deduzindo-se deste valor a antecipação citada no Parágrafo Quarto.

Parágrafo Sétimo – O valor residual eventualmente devido conforme cálculo do parágrafo Sexto, será pago até 31.03.2010

CLÁUSULA 5ª - CUSTEIO

O pagamento da PLR/2009 ocorrerá com recursos financeiros oriundos dos resultados obtidos pela CAIXA em 2009.

CLÁUSULA 6ª - TRIBUTAÇÃO

A PLR não constitue base de incidência de nenhum encargo trabalhista ou previdenciário por ser desvinculada da remuneração, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade, porém tributáveis para efeito de imposto de renda, conforme legislação em vigor.

CLÁUSULA 7º - VIGÊNCIA

O Acordo ora firmado tem validade de 12 meses, sendo seu período de apuração e abrangência de 1º janeiro a 31 de dezembro de 2009.

Brasília, 29 de Outubro de 2009.

Pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Pela CONTEC - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CRÉDITO

Edilo Ricardo Valadares

Vice-Presidente de Gestão de Pessoas

CPF: 137.387.046-04

Lourenço Ferreira do Prado

Presidente

CPF: 004.431.231-87

COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO - CAIXA COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO - CONTEC

Ana Telma Sobreira do Monte

CPF: 160.332.053-91 Coordenadora

Rumiko Tanaka CPF 363.514.318-91 Coordenadora

Márcia Guimaraes Guedes

CPF: 388.994.186-91

Célio Mascarenhas Alencar

CPF: 251.402.561-34

Emílio Angelo Carmignan CPF: 463.022.989-20

Willian Roberto Louzada CPF: 238.548.631-87

Wesley Cardoso dos Santos

CPF: 820.288.421-72

Joaquim Alves da Costa Neto

CPF: 135.421.252-53

Testemunhas:

CPF: 197.170.914-04

Carlos Alberto Regueira de Castro e Silva Anna Cláudia de Vasconcellos

CPF: 932.254.079-68

ANEXO I – VALORES POR GRUPO DE CARGOS

№ GRUPO	CARGOS	VALOR DA PLR
1	Chefe de Gabinete Consultor da Diretoria Consultor de Relacões Institucionais Ouvidor Superintendente Nacional Superintendente Regional	10.000,00
2	Consultor Jurídico Consultor Técnico Gerente Nacional Superintendente de Projetos Especiais	9.500,00
3	Coordenador de Projeto Especiais Gerente de Produto Gerente de Segmento Gerente de Tecnologia Gerente Geral Gerente Regional de Negócios e Canais	9.000,00
4	Gerente de Auditoria Regional Gerente de Centralizadora Gerente de Filial Gerente de Jurídico Regional Gerente de Padrões e Planejamento Gerente de Relacionamento Institucional Gerente Operacional	8.000,00
5	Coordenador Jurídico Gerente Administrativo Gerente de Atendimento Gerente de Relacionamento Gerente de Representação	7.500,00
6	Carreira Profissional sem cargo em comissão Coordenador Gerente de Projetos Gerente de Serviço Líder de Projetos e Tecnologia Supervisor	6.500,00

ANEXO I - VALORES POR GRUPO DE CARGOS - Continuação

№ GRUPO	CARGOS	VALOR DA PLR
7	Analista de Operações Financeiras Assessor Institucional Assistente Jurídico Auditor Consultor de Processo Consultor Interno Consultor Regional de Canais Especialista Gerente de RETPV Secretário da Presidência	5.750,00
8	Agente de Conformidade Analista Assessor Assessor Regional de Marketing Assistente Regional Consultor Regional Secretário do Colegiado Técnico Social	5.250,00
	Avaliador Executivo	
9	Caixa PV	4.500,00
10	Assistente de Negócios Agente de Atendimento Assistente Administrativo Auxiliar de Enfermagem do Trabalho Bibliotecário Compensador Enfermeiro do Tabalho Monitor de Telemarketing Operador de Computador Operador de Telemarketing Perito Documentoscópico Programador Secretário Secretário Executivo Técnico de Operações de Retaguarda Técnico Nível Médio	4.250,00
11	Carreira Administrativa sem cargo em comissão e Carreira de Serviços Gerais	4.000,00